

# ARTIGOS

## O Conselho Nacional de Justiça e a Academia

Por Fabiana Luci de Oliveira

Pâmela Tieme Barbosa Aoyama

**Resumo:** O artigo mapeia a produção de conhecimento acadêmico acerca da atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), documentando como tem se dado o diálogo entre CNJ e academia. O levantamento feito a partir de registros no Banco de Teses e Dissertações da CAPES apontou um total de 248 trabalhos indexados pelo termo "CNJ". Após avaliação da pertinência temática e da disponibilidade do texto completo, 115 trabalhos foram analisados e codificados em onze aspectos. Observou-se que as pesquisas têm privilegiado o estudo da atuação do CNJ no âmbito da gestão do Poder Judiciário, com ênfase nas ações de planejamento estratégico voltadas para o combate à morosidade. O tema menos estudado, a competência disciplinar do Conselho, permitiu concluir que o desempenho do poder disciplinar do CNJ ainda é restrito, sendo sua contribuição principalmente no âmbito de uniformização administrativa, mais do que no âmbito punitivo, até mesmo devido às limitações normativas de cunho sancionador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conselho Nacional de Justiça, Pesquisa, Pós-graduação, Brasil.

**Abstract:** The article maps the academic knowledge production about the National Council of Justice (CNJ) performance, documenting how the dialogue between CNJ and academia has taken place. The search conducted in CAPES's thesis and dissertations portal pointed out 248 works indexed by the term "CNJ". After evaluating the thematic appropriateness and the full text availability, 115 papers were analysed and codified in eleven factors. It was observed that research has privileged the study of CNJ's performance in the Judiciary Power management framework, with emphasis on the strategic planning actions aimed toward tackling procedural tardiness. The less studied theme was the Council's disciplinary competence. Due to the normative limitations of the sanctioning nature, it lead to two conclusions: (1) CNJ's disciplinary power is still restricted, and (2) its contribution is more in the area of administrative uniformity, rather than punitive actions.

**KEYWORDS:** National Council of Justice, Research, Graduate Programs, Brazil

### Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) completa em junho de 2017 doze anos de atividade, tendo como marco inaugural a primeira sessão realizada em 14 de junho de 2005. Instituído pela EC n. 45/2004 como órgão de governança do Poder Judiciário nacional, sua atuação está voltada ao planejamento e gerenciamento de ações de aperfeiçoamento do sistema judiciário brasileiro e à promoção da qualidade da prestação jurisdicional, garantindo, sobretudo, o controle e a transparência administrativa e processual, buscando corrigir eventuais deficiências, almejando uma maior eficiência do sistema judiciário.

Entre suas atribuições, previstas no art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, estão a definição do planejamento estratégico, dos planos de metas e dos programas de avaliação institucional do Poder Judiciário; a produção e a divulgação de indicadores sobre movimentação processual e performance da atividade jurisdicional em todo o País; e o julgamento de processos disciplinares contra magistrados. Dessa forma, pode ser considerado não apenas um órgão de governança, como também de accountability. Nesses 12 anos foram seis composições<sup>1</sup>, 247 sessões plenárias<sup>2</sup>, 68.449 processos distribuídos e 63.281 finalizados

(arquivados)<sup>3</sup>, 244 Resoluções e 68 Recomendações publicadas<sup>4</sup>.

Decisões de grande repercussão do Conselho incluem a proibição da prática do nepotismo no Poder Judiciário, com a publicação da Resolução CNJ n. 7, de 18/10/2005, que, como disposto na ementa, disciplinou o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário<sup>5</sup>; e a garantia do direito dos casais homoafetivos celebrarem casamento civil, com a publicação da Resolução CNJ n. 175, de 14/05/2013, que, conforme a ementa, dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo<sup>6</sup>.

Outro aspecto relevante da atuação do Conselho está nas penas disciplinares aplicadas a magistrados, sendo que desde sua instalação em junho de 2005 até março de 2017, o CNJ decidiu pela aposentadoria compulsória de 51 magistrados, estando entre os fundamentos dessas decisões o recebimento de vantagens indevidas em troca de sentenças judiciais, negligência na condução de processos e outras violações ao Código de Ética da Magistratura<sup>7</sup>.

1. De acordo com o art. 103-B da Constituição Federal, o CNJ é composto por quinze membros, com mandato de dois anos, permitida uma recondução, sendo: o Presidente do Supremo Tribunal Federal; um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que será o Corregedor Nacional de Justiça; um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; um Desembargador de Tribunal de Justiça; um Juiz Estadual; um Juiz do Tribunal Regional Federal; um Juiz Federal; um Juiz de Tribunal Regional do Trabalho; um Juiz do trabalho; um Membro do Ministério Público da União; um Membro do Ministério Público Estadual; dois advogados e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.

2. Até março de 2017.

3. Informações até março de 2017 de acordo com o painel do PJe.

4. <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos>.

5. <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2716>.

6. <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>.

7. Informações da Corregedoria Nacional de Justiça. <http://www.cnj.jus.br/corregedoriacnj/de-gestao>.

Suas atribuições, sobretudo de fiscalização e investigação, não foram aceitas sem resistência, mormente dos interesses corporativos, sendo que a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) contestou a criação de um órgão independente para fiscalizar e propor políticas públicas para o Poder Judiciário, via ADI nº 3.367-1, que foi julgada improcedente pelo STF, em 13/05/2005<sup>8</sup>.

Passados doze anos dessa decisão e da instalação do CNJ, o objetivo desse artigo é documentar o que tem sido produzido de conhecimento acadêmico (técnico-científico) acerca da atuação do Conselho Nacional de Justiça, mapeando como tem se dado o diálogo entre CNJ e academia, com o CNJ sendo objeto de estudo em pesquisas voltadas a analisar sua criação, instalação, e a eficácia e efetividade com que tem desempenhado suas funções.

### O CNJ como objeto de pesquisa

Nossa proposta aqui é documentar a produção de conhecimento técnico-acadêmico existente acerca do CNJ, mapeando pesquisas publicadas sobre o Conselho a partir do levantamento da produção da pós-graduação (teses e dissertações).

### Levantamento de teses e dissertações

O objetivo do levantamento foi identificar as teses e dissertações em que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi objeto de estudo. A plataforma de busca utilizada para essa pesquisa foi o Banco de Teses e Dissertações da CAPES<sup>9</sup>.

A estratégia de mapeamento dos trabalhos considerou o termo de busca "Conselho Nacional de Justiça", entre aspas, e não restringiu área do conhecimento, data ou instituição, de forma a obter um levantamento exaustivo.

No levantamento inicial, com busca realizada em janeiro de 2017, foram recuperadas 209 teses e dissertações indexadas pelo termo. Em fevereiro do mesmo ano foram incluídos mais 40 trabalhos na base de dados, sendo que um trabalho estava duplicado na listagem. Ao final do levantamento, 248 teses e dissertações foram recuperadas.

Avaliamos a pertinência das teses e dissertações para compor nosso mapeamento a partir da menção ao CNJ no título, no resumo ou nas palavras-chave. E aplicamos um segundo filtro: a disponibilidade ou não do texto completo. Para aqueles trabalhos não localizados integralmente na base de dados da CAPES, contatamos os referidos Programas de Pós-graduação e os próprios autores (a partir da plataforma lattes), solicitando o acesso ao texto completo. Consideramos as respostas enviadas até o dia 31/03/2017 e fechamos nossa seleção com um total de 115 trabalhos.

Para esses 115 trabalhos, codificamos onze aspectos:

1. **Título:** título da tese ou dissertação defendida;
2. **Autor (a):** autor (a) da tese ou dissertação defendida;
3. **Orientador (a):** professor (a) que orientou tese ou dissertação defendida;
4. **Ano de defesa:** ano em que a tese ou dissertação foi defendida;
5. **Instituição:** universidade ou faculdade em que a tese ou dissertação foi defendida;
6. **Área de conhecimento:** área do conhecimento do programa de pós-graduação em que tese ou dissertação foi defendida;
7. **Nível de titulação:** nível educacional da pós-graduação, se mestrado (dissertação) ou doutorado (tese);
8. **Objeto de estudo:** especificando se o CNJ é objeto central ou secundário do estudo;
9. **Tema:** especifica o aspecto da atuação do CNJ que é foco da pesquisa, se sua atribuição de gestão ou disciplinar ou ainda aspectos institucionais;
10. **Assunto:** especifica a problemática levantada pela pesquisa – o que exatamente está sendo estudado;
11. **Metodologia:** especifica qual a forma de condução da pesquisa, se o trabalho tem base empírica ou não, e caso tenha se a abordagem é quantitativa, qualitativa ou mista;

Fazemos a ressalva de que nosso levantamento não é exaustivo, ou seja, não cobrimos toda a produção acadêmica acerca do CNJ, uma vez que não incluímos aqui livros ou capítulos de livros, *papers* apresentados em congressos ou artigos publicados em periódicos<sup>10</sup>. Mas voltamos-nos à análise de parte relevante da produção acadêmica, que é a produção dos programas de pós-graduação, o que nos permitiu identificar as principais tendências dos estudos acerca do Conselho Nacional de Justiça. São essas tendências que discutimos ao longo do artigo.

### Uma década de pesquisas sobre o CNJ (2006-2016)

Apresentamos no gráfico 1 a distribuição das teses e dissertações de acordo com o ano em que foram defendidas, e vemos que logo em 2006, menos de dois anos após a criação do CNJ, apareceram os primeiros trabalhos sobre o Conselho. Ambos discutem aspectos do processo da Reforma do Judiciário (EC 45/2004) e a questão da legitimidade do Conselho, tematizando o temor do controle externo. Notamos que há uma tendência de crescimento da produção acadêmica acerca do CNJ ao longo do tempo, havendo um incremento significativo nessa produção a partir de 2014, quando o CNJ já completava quase uma década desde sua criação.

8. Há uma série de estudos e publicações que se dedicaram a analisar a criação e instalação do CNJ, entre os quais estão RENAULT, S. R. T. e BOTTINNI, P. Reforma do Judiciário. São Paulo: Saraiva, 2005. SADEK, M. T. CNJ: O futuro na agenda. In: Gilmar Ferreira Mendes; Fabiano Martins Silveira; Marco Aurélio Marraffon. (Org.). Conselho Nacional de Justiça - fundamentos, processo e gestão. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 109-124; SADEK, M. T. CNJ: impactos no Judiciário e na sociedade. In: Stoco, Rui; Penalva, Janaina. (Org.). Dez Anos de Reforma do Judiciário e o nascimento do Conselho Nacional de Justiça. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 293-312.

9. <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>.

10. Em buscas realizadas na coleção de periódicos do Scielo (<http://www.scielo.br/>) e no portal de periódicos da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>), utilizando os termos "Conselho Nacional de Justiça" e "CNJ", recuperamos apenas 14 publicações - excluindo a sobreposição de artigos e aqueles não pertinentes ao tema. A primeira publicação data de 2012, nove artigos foram publicados em 2013, três em 2014 e um em 2016. É preciso considerar que, diversamente da produção acadêmica em teses e dissertações, disponibilizadas, em geral, com pouca distância temporal após a defesa, a publicação em periódicos costuma ser mais demorada. Os temas que apareceram nessas publicações foram gestão e aspectos institucionais, responsáveis por metade dos artigos cada. Em termos de assuntos, 4 artigos trataram da legitimidade democrática do desenho do CNJ, 2 artigos da política judiciária na área de informatização, outros 2 na área de infância e juventude, e 2 acerca da imagem pública do Conselho. Além desses assuntos, apareceram em um artigo cada a discussão da política judiciária de planejamento estratégico, conflitos fundiários, o perfil dos conselheiros e o tema da mediação e conciliação.



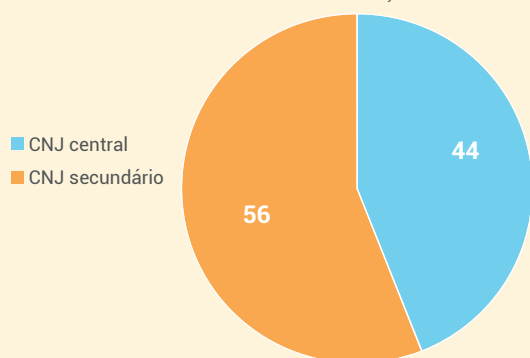
15 trabalhos financiados pela CAPES, 10 pelo CNJ<sup>11</sup>, 4 por tribunais e 2 pelo CNPq. Para as demais teses e dissertações não conseguimos observar a informação, sendo que a ausência de informação não nos permite afirmar que não tenha havido fomento.

Uma vez analisadas as informações sobre essas produções em termos de localização, instituições e áreas de saber, foi considerado o conteúdo desses trabalhos.

### Temas e assuntos privilegiados no estudo do CNJ

O primeiro aspecto de conteúdo analisado foi a centralidade do CNJ na pesquisa, ou seja, trata-se de uma pesquisa sobre o Conselho em si (CNJ é o objeto de estudo central) ou trata-se de pesquisa sobre outro objeto, sendo o CNJ objeto secundário na análise – por exemplo, casos em que se estuda a implementação de políticas de gestão instituídas pelo CNJ em diferentes tribunais do país, ou mesmo estudos dos impactos de resoluções do CNJ em temáticas específicas, como a política nacional de conciliação, a política de adoção, entre outras temáticas. Vemos, a partir dos dados dispostos no gráfico 7, que o CNJ é ator central em 44% das pesquisas.

Percentual de trabalhos (teses e dissertações), de acordo com o nível de titulação

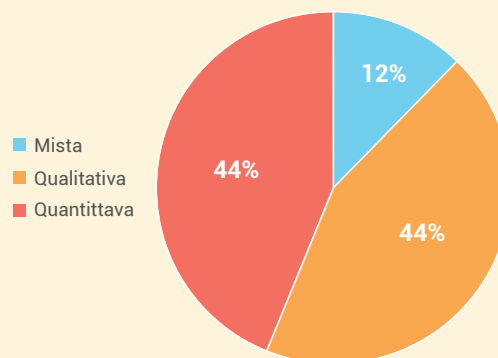


Fonte: DPJ/CNJ. Base: 115 trabalhos (teses e dissertações)

Outro aspecto de interesse foi a metodologia adotada nas pesquisas. Observamos que praticamente metade dos estudos foi conduzida a partir do emprego de desenhos empíricos (57 dos 115 trabalhos) e metade não empíricos (58 dos 115 trabalhos).

Quanto a abordagem dos estudos empíricos, houve um equilíbrio entre o uso de técnicas quantitativas e qualitativas (44% de pesquisas com cada abordagem), sendo que 12% dos estudos adotaram abordagem mista (combinando o uso de técnicas de geração e análise de dados quantitativas e qualitativas).

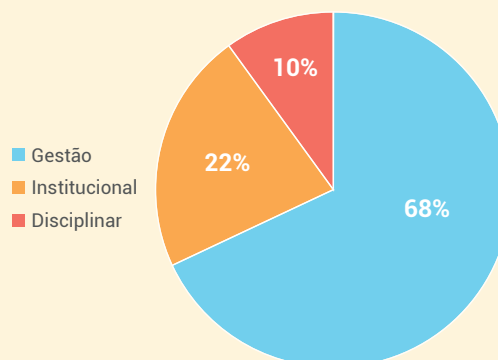
Abordagem metodológica adotada



Fonte: DPJ/CNJ. Base: 57 trabalhos (teses e dissertações) com desenho empírico

Codificamos na sequência os temas tratados nesses trabalhos. O critério para essa codificação seguiu a lógica das atribuições do CNJ, observando se a preocupação do estudo está voltada para sua atribuição de gestão (gestão administrativa e financeira, assim como políticas judiciárias voltadas à defesa de direitos e garantias constitucionais), disciplinar (inspeção, correição, sindicância, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, etc.), ou para aspectos do seu desenho institucional (criação e desenho do CNJ, perfil dos Conselheiros, imagem da instituição, questionamentos com relação a sua legitimidade democrática, etc.).

Percentual de trabalhos de acordo com tema



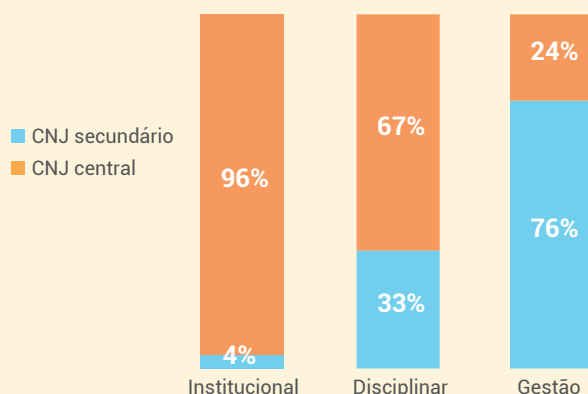
Fonte: DPJ/CNJ. Base: 115 trabalhos (teses e dissertações)

O tema mais recorrente é a gestão, correspondendo a 68% dos trabalhos, seguida da discussão de aspectos institucionais (22%), referentes sobretudo ao desenho e instalação do Conselho, sendo ainda pouco explorada pela academia a dimensão disciplinar (10% dos trabalhos).

Quando consideramos a intersecção entre tema e centralidade do CNJ no estudo, observamos que as pesquisas sobre gestão são as que mais tratam o CNJ como objeto secundário, isso porque grande parte desses estudos é voltada à análise dos impactos de políticas judiciárias.

11. O fomento do CNJ deu-se via parceria com a CAPES em um acordo de cooperação a partir do Edital n. 20/2010/CAPES/CNJ. Esse edital selecionou onze projetos, contemplando 23 coordenadores de pesquisa, 61 estudantes de mestrado e 28 estudantes de doutorado. A cooperação previa financiamento dos coordenadores e auxílio financeiro a alunos regularmente matriculados em cursos de mestrado e doutorado que optassem por desenvolver suas dissertações e teses nos temas prioritários para o Judiciário, quais sejam: a) sistema de justiça criminal no Brasil; b) análise do desempenho dos órgãos do Poder Judiciário; c) aprimoramento dos instrumentos para uma prestação jurisdicional mais eficiente; d) atuação, competência e interfaces do CNJ com os demais órgãos do Poder Judiciário e dos outros poderes; e) utilização da tecnologia da informação para o aprimoramento do Poder Judiciário; f) principais problemas no processo de revisão das decisões nos Juizados Especiais Federais.

Centralidade do CNJ no estudo, de acordo com o tema



Fonte: DPJ/CNJ. Base: Institucional: 25 trabalhos (teses e dissertações); Disciplinar: 12 trabalhos (teses e dissertações); Gestão: 78 trabalhos (teses e dissertações).

Os três temas foram especificados em assuntos, sendo que o assunto mais abordado nesses trabalhos é o planejamento estratégico, com praticamente um quarto das pesquisas (24%) privilegiando a investigação do papel do CNJ como indutor do planejamento estratégico e da modernização administrativa, havendo grande destaque para a política de metas e para a produção e uso de estatísticas judiciais.

O segundo assunto mais recorrente é a política judiciária referente aos meios consensuais (alternativos) de resolução de conflitos (ADR - 23% dos trabalhos tratam desse assunto).

Em terceiro lugar, aparece a discussão acerca da legitimidade democrática da criação e do desenho do CNJ, tratando do processo da tramitação e aprovação da EC 45/2004 e das contestações à constitucionalidade do Conselho no âmbito do STF.

Analisamos em detalhe os assuntos das pesquisas em cada tema. No tocante à gestão, as pesquisas exploram sobretudo os fatores organizacionais que interferem no desempenho do Judiciário e se voltam à busca por soluções para os principais problemas do Poder Judiciário.

Assuntos abordados nos trabalhos (teses e dissertações)



Fonte: DPJ/CNJ. Base: 115 trabalhos (teses e dissertações)

Os dois assuntos mais recorrentes no tema da gestão foram as políticas judiciais de planejamento estratégico (36%) e de mediação e conciliação – ADR (33%).

As pesquisas que enfocam o planejamento estratégico, tratam principalmente da morosidade da justiça e da busca por soluções para esse problema. Enfatizam indicadores de mensuração do atraso na prestação jurisdicional e iniciativas do CNJ voltadas ao planejamento e gerenciamento da prestação do serviço jurisdicional.

Metade das pesquisas nesse assunto utilizou metodologia empírica, sobretudo análise de dados quantitativos de movimentação processual, havendo uma série de estudos de caso sobre a implementação de políticas de gestão estratégica em diferentes varas e comarcas.

Cerca de 10% dos trabalhos classificados no tema gestão abordaram a implementação da Resolução CNJ n. 70, de 18/03/2009, que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário, explorando a criação de indicadores de resultados e metas, e analisando o desempenho de diferentes tribunais e comarcas nesses indicadores ao longo do tempo. Outros 6% dedicam-se ao estudo da Resolução CNJ n. 76, de 12/05/2009, que dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades. Há ainda trabalhos que analisam as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, implementadas pela Resolução CNJ n. 46, de 18 de dezembro de 2007, que buscam propiciar uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processuais.

Alguns trabalhos analisam os relatórios anuais do CNJ e outros utilizam os dados do **Justiça em Números**<sup>12</sup> para verificar o desempenho do Poder Judiciário nacional em termos de estrutura e movimentação processual, destacando o papel do CNJ na indução do planejamento estratégico e na uniformização da atuação dos órgãos e agentes judiciários.

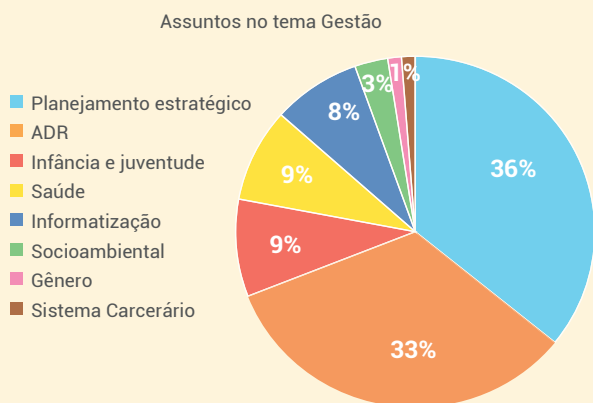
Há diagnósticos sobre o impacto e a efetividade da implementação dessas políticas, assim como problematizações de potenciais externalidades negativas das políticas de celeridade, como a do dilema "celeridade x qualidade".

O segundo assunto mais abordado na discussão da dimensão da gestão é a mediação e a conciliação, sendo que a Resolução CNJ n. 125, de 29/11/2010, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, foi a mais estudada, aparecendo em quase um terço dos trabalhos sobre gestão (29%).

Essa resolução estabelece em seu artigo primeiro, parágrafo único, que,

*"Aos órgãos judiciários incumbe, nos termos do art. 334 do Novo Código de Processo Civil combinado com o art. 27 da Lei de Mediação, antes da solução adjudicada mediante sentença, oferecer outros mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão. (Redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16)"*<sup>13</sup>

12. Todos os relatórios e dados do *Justiça em Números* estão de disponíveis em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-justica-em-numeros>.  
13. Texto na íntegra disponível em <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>. Acesso em 10/04/2017.



Fonte: DPJ/CNJ. Base: 78 trabalhos (teses e dissertações)

Alguns dos trabalhos sobre meios consensuais (alternativos) de resolução de conflitos fazem uma compilação de métodos em vigor no Brasil e em outros países, discutindo sua contribuição para combater a morosidade, consistindo em análises teórico-normativas e descritivas de diferentes modalidades. Mas a maioria das pesquisas nesse assunto (58%) baseia-se em abordagens empíricas, tratando do impacto da política de tratamento adequado dos conflitos nos mecanismos institucionais de acesso à justiça no Estado, de avaliações de programas como o prêmio "Conciliar é Legal", do CNJ, e resultados práticos das semanas nacionais de conciliação.

Localizamos, ainda, pesquisas que abordam a inserção dos meios não adversariais de resolução de controvérsias no ensino, problematizando como o ensino do Direito incorpora a mediação e avaliando qual tem sido o impacto da Resolução CNJ n. 125/2010 nessa área. Nessa seara específica as conclusões apontam para a necessidade de readequação do ensino para incorporar tal mudança de orientação.

Outros assuntos que aparecem na dimensão da gestão são as políticas judiciárias no âmbito de infância e juventude, de saúde e de informatização.

Com relação à infância e juventude, os trabalhos se voltam à análise do Cadastro Nacional de Adoção e de políticas específicas como os programas "Pai Presente"<sup>14</sup> e "Justiça ao Jovem"<sup>15</sup>.

No assunto saúde, classificamos as teses e dissertações que enfocam a atuação do CNJ na temática da tutela do direito à saúde, retratando o fenômeno da judicialização da saúde, com destaque para as análises dos impactos da Resolução CNJ n. 107, de 06 de abril de 2010, que instituiu o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde, e da Recomendação CNJ n. 31, de 30/03/2010, indicando aos tribunais a adoção de medidas de subsídio aos magistrados e demais operadores do direito, para assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde.

No assunto política judiciária de informatização classificamos os trabalhos que analisam a implementação

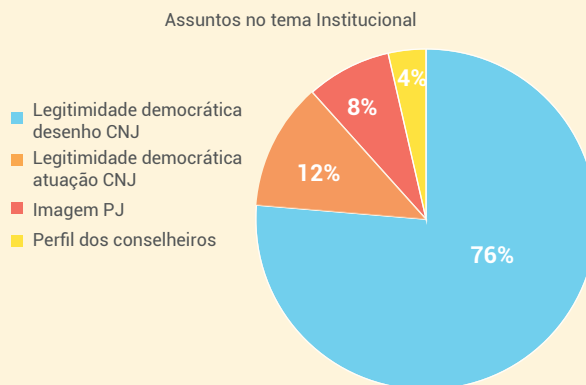
do Processo Judicial Eletrônico (PJe), considerando impactos e contribuições das ferramentas computacionais no aumento da produtividade.

A política ambiental no âmbito do Poder Judiciário foi objeto de dois trabalhos, que enfocaram a aplicação da Recomendação CNJ n. 11, de 22/05/2007, que orienta os tribunais a adotarem "políticas públicas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente, bem como instituíam comissões ambientais para o planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente"<sup>16</sup>.

Outros temas de gestão que apareceram de forma pontual foram a questão de gênero, num estudo voltado ao mapeamento das políticas de gênero nos atos normativos do CNJ e a política do CNJ para o sistema carcerário, numa análise de dados do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP), a partir da radiografia chamada "Geopresídios"<sup>17</sup>.

No tema institucional, o principal assunto abordado é a legitimidade democrática do desenho do CNJ, correspondendo a 76% dos trabalhos classificados no tema. A maioria das pesquisas vale-se de discussões teórico-normativas, sendo que apenas 26% dos trabalhos sobre o assunto têm base empírica. A principal discussão é a do controle externo do Poder Judiciário, com argumentos que entendem a criação do Conselho como uma estratégia voltada à correção de déficits de transparência e de eficiência do Poder Judiciário contrastados com argumentos que enxergam no Conselho uma violação aos princípios da autonomia e da independência do Poder Judiciário. O segundo assunto mais recorrente é a discussão da atuação do CNJ, indagando se no exercício de suas atribuições o Conselho tem atuado de forma legítima, e, sobretudo, se tem preservado a independência jurisdicional. Esses trabalhos baseiam-se principalmente na análise dos atos normativos do CNJ.

Localizamos também estudos que investigam o perfil dos Conselheiros do CNJ e a imagem que o Conselho busca difundir via suas peças publicitárias e seus canais de comunicação com o público (páginas de transparência).



Fonte: DPJ/CNJ. Base: 25 trabalhos (teses e dissertações)

14. *Instituído pelo Provimento n. 12, de 06 de agosto de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça, objetivando estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. Para mais informações sobre o programa, consultar: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pai-presente>. Acesso em 18/09/2017.*

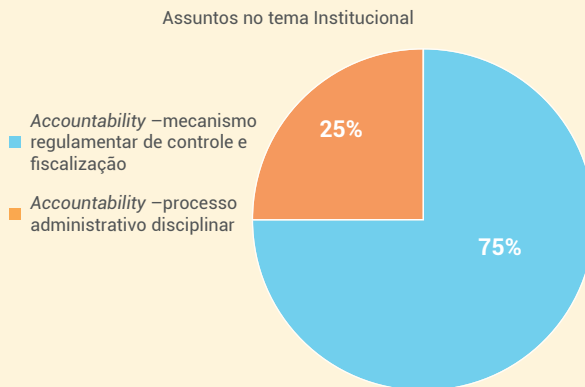
15. *Programa do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), que buscou realizar uma radiografia nacional da execução de medidas socioeducativas de internação. Para mais informações sobre o programa, consultar: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/264-acoas-e-programas/programas-de-a-a-z/justica-ao-jovem/13112-programa-justica-ao-jovem>. Acesso em 18/09/2017.*

16. *Ver íntegra da recomendação em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=867>. Acesso em 19/04/2017.*

17. *Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/inspecao\\_penal/mapa.php](http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php). Acesso em 19/04/2017.*

No âmbito da atuação disciplinar do Conselho, a dimensão menos enfatizada pela academia, classificamos dois assuntos. O primeiro, *accountability* como mecanismo regulamentar de controle e fiscalização, reúne os trabalhos que analisam a atuação do Conselho, via resoluções no âmbito disciplinar e as inspeções e correições realizadas.

O segundo assunto, *accountability* como processo administrativo disciplinar, aborda os aspectos ligados ao exercício da competência disciplinar do CNJ, agrupando os trabalhos que analisam os processos disciplinares sancionadores julgados pelo Conselho.



Fonte: DPJ/CNJ. Base: 12 trabalhos (teses e dissertações)

### Considerações finais

O que essas pesquisas permitem concluir sobre os doze anos de atuação do CNJ?

De maneira geral, as pesquisas classificadas no **tema Gestão** mostram a valorização da instituição e o reconhecimento de que o Conselho vem imprimindo um novo modelo de gestão e governança ao Poder Judiciário, atuando no planejamento e implementação de ações, sobretudo voltadas para o combate à morosidade, como as políticas de metas, de mediação e conciliação e de informatização.

Identificam, também, os avanços em transparência e planejamento conquistados a partir dos dados produzidos pelo CNJ (sobretudo o Justiça em Números), que têm possibilitado uma melhor avaliação do desempenho das varas e dos Tribunais, permitindo diagnosticar os fatores que têm impactado sua performance, servindo, assim, à orientação de políticas judiciárias focadas na melhoria da

prestação jurisdicional.

As conclusões caminham no sentido de afirmar a potencialidade dos dados para o diagnóstico da efetividade e da eficiência da prestação jurisdicional, sendo ainda pouco concernentes à dimensão da qualidade dessa prestação.

Na dimensão de gestão os estudos privilegiaram as áreas de atuação do CNJ que mais aproximam-se dos anseios da sociedade, como as ações de combate ao nepotismo e à morosidade.

Já as pesquisas classificadas no **tema Institucional** enfocam a discussão da criação e do desenho institucional do CNJ, abordando tanto a inserção do Conselho na discussão da Reforma do Judiciário, quanto sua instalação e o processo subsequente de questionamentos quanto a sua legitimidade constitucional, e mesmo ações que questionam no STF a constitucionalidade de resoluções do CNJ.

Em geral, essas pesquisas afirmam a legitimidade democrática do Conselho na medida que demonstram como ele imprime uma mudança no modelo de administração de justiça, localizando o CNJ como uma força inovadora que vem regulamentando, fiscalizando e construindo políticas públicas voltadas à celeridade e à eficiência organizacional. As pesquisas apontam, também, os embates e questionamentos à atuação do CNJ, mapeando alguns segmentos corporativos que defendem uma atuação mais restrita, argumentando que a atuação mais expansiva do Conselho colocaria em xeque a independência da função judicial.

Por fim, no **tema Disciplinar**, as pesquisas evidenciaram a atuação fiscalizadora e disciplinar do CNJ, analisando seu poder correicional e regulamentar ao estabelecer regras e limites e punir desvios de conduta. Essa área tem sido menos privilegiada pela academia, sobretudo no que se refere aos processos disciplinares, com as pesquisas debruçando-se sobre a análise de decisões jurisprudenciais disponíveis. Embora reconhecida sua atuação, algumas pesquisas apontam que o desempenho do poder disciplinar do Conselho é ainda restrito, sendo sua contribuição principalmente no âmbito de uniformização administrativa, mais do que no âmbito punitivo, até mesmo devido às limitações normativas de cunho sancionador.

Lista de Teses e Dissertações Analisadas<sup>18</sup>

## Tema: Gestão

Ano	Título	Universidade	Nível	Autor
2008	Mecanismos de resolução alternativa de conflitos como ferramenta de auxílio para construção da política judiciária no Brasil	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Mestrado	Fernandes Júnior, Edson
2009	O Conselho Nacional de Justiça como instrumento de minimização da morosidade processual	Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha	Mestrado	Araújo, André Luís de Toledo
2009	O controle externo do Poder Judiciário e a atuação do Conselho Nacional de Justiça nos estados da federação: as propostas atuais de gestão em Pernambuco e outros estados	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado	Campos, Hélio Cavalcanti de Siqueira
2009	Planejamento estratégico e mudança organizacional: o caso do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Fundação João Pinheiro	Mestrado	Reis, Patrícia Helena dos
2010	Direito a um serviço público judiciário adequado	Universidade Federal da Bahia	Mestrado	Almeida, Caê Matos Teixeira de
2010	Política judiciária no Conselho Nacional de Justiça: e a perspectiva de gênero?	Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro	Mestrado	Lavigne, Rosane Maria Reis
2010	Planejamento estratégico em comarca do Poder Judiciário	Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro	Mestrado	Deolindo, Vanderlei
2011	O princípio da justiça social e a sua relação com o Conselho Nacional de Justiça: uma análise das suas implicações na justiça da infância e da juventude	Universidade Federal de Santa Catarina	Doutorado	Junkes, Sérgio Luiz
2011	Poder Judiciário e gestão: uma parceria de sucesso para impulsionar a prestação jurisdicional Poder Judiciário e gestão: uma parceria de sucesso para impulsionar a prestação jurisdicional	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Mestrado	Stein Júnior, Irineu
2012	Processo eletrônico como instrumento de acesso à justiça	Universidade Estadual Paulista	Mestrado	Archiza, Ana Carolina Fonseca Martinez Perez
2012	Avaliação da qualidade de juizados especiais cíveis estaduais	Universidade Potiguar	Mestrado	Oliveira, Heitor César Costa de
2012	Processo Judicial Eletrônico: uma abordagem metodológica para o processo de sua implementação	Universidade de São Paulo	Doutorado	Martinez, Ramsés Henrique
2012	<b>O fórum múltiplas portas como política pública de acesso à justiça e a pacificação social</b>	<b>Universidade de Santa Cruz do Sul</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Oliveira, Luthyana Demarchi de</b>
2013	Atuação do Conselho Nacional de Justiça à luz dos modelos da Administração Pública: uma análise do período de 2005 a 2012	Universidade de Brasília	Mestrado	Oliveira, Erika Neves
2013	Políticas públicas e meios não adversários de resolução de conflitos: política judiciária nacional da resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho	Universidade de São Paulo	Doutorado	Moraes, Maria Isabel Cueva
2013	As metas do Conselho Nacional de Justiça e os esforços de planejamento estratégico no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro	Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro	Mestrado	Branco, Luiza Szczerbacki Castello
2013	O planejamento estratégico no Poder Judiciário e o aperfeiçoamento na prestação jurisdicional	Universidade Estadual do Norte do Paraná	Mestrado	Fuin, Tatiane de Abreu
2013	Processo Judicial Eletrônico: política pública de virtualização do Poder Judiciário	Universidade Estadual do Ceará	Mestrado	Brasil, Rebeca Ferreira
2013	<b>A aproximação entre a mediação de conflitos e o Poder Judiciário no estado do Ceará: atividades desencadeadas a partir da resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>Universidade de Fortaleza</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Chaves, Emmanuela Carvalho Cipriano</b>
2013	Conciliar é preciso: a implementação da política jurídica nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no biênio 2011-2013 no estado do Ceará	Universidade Estadual do Ceará	Mestrado	Barbosa Neto, Luiz Alberto Gomes
2013	O Conselho Nacional de Justiça e as políticas da qualidade nos tribunais de justiça do Brasil: um diálogo entre administração judiciária e o tema do acesso à justiça	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Mestrado	Sardinha, Flávia Campos
2013	A justiça restaurativa como via de acesso à justiça	Universidade Federal de Minas Gerais	Mestrado	Lara, Caio Augusto Souza
2013	<b>A tutela do direito a saúde e a integração legislativa da Constituição Federal: uma investigação de efetividade do Poder Judiciário sob a ótica do Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Mendes Neto, João Paulo</b>
2013	A razoável duração do processo na era das metas de produtividade do Conselho Nacional de Justiça brasileiro	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Mestrado	Bemvenuti, Cássio Schneider
2014	Judicialização das políticas públicas e proteção e tutela do direito fundamental a saúde: cerceamento do acesso à justiça mediante a mitigação do interesse de agir pelos enunciados do Conselho Nacional de Justiça	Universidade de Ribeirão Preto	Mestrado	Florêncio, Stella Villela
2015	Direito a saúde e judicialização: uma análise da atuação do Conselho Nacional de Justiça no aprimoramento da prestação jurisdicional nas demandas de saúde	Universidade Federal do Maranhão	Mestrado	Diniz, Isadora Moraes

18. Os trabalhos fomentados pelo CNJ em cooperação com a CAPES (CNJ Acadêmico) estão destacados em azul.



2015	O fenômeno jurídico da conciliação: o Conselho Nacional de Justiça, a Justiça do Trabalho e a sua efetividade	Centro Universitário de Curitiba	Mestrado	Amaral, Carlos Alberto Guimarães
2015	O controle do Conselho Nacional de Justiça sobre os Tribunais de Justiça: o caso do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA)	Universidade Federal do Piauí	Mestrado	Paz, Vanessa Martins
2015	A implementação da mediação como política pública de pacificação dos conflitos familiares por meio da resolução n° 125 do Conselho Nacional de Justiça	Universidade de Santa Cruz do Sul	Mestrado	Marcantonio, Roberta Brasileira
2015	Improbidade administrativa no Brasil: uma análise de output	Universidade Federal de Alagoas	Mestrado	Santos, Denisson da Silva
2015	<b>Juizado Especial Federal: contributo para um modelo democrático de justiça conciliativa</b>	<b>Universidade do Vale do Rio dos Sinos</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Vaz, Paulo Afonso Brum</b>
2015	Da taxonomia a parametrização: Tabelas Processuais Unificadas como mecanismo de padronização e celeridade da prestação jurisdicional no Tocantins	Universidade Federal do Tocantins	Mestrado	Stakoviak, Kellen Cleya dos Santos Madalena
2015	As disfunções das noções gerais de direito e formação humanística nos concursos para a magistratura: análise crítica dos efeitos da resolução n° 75 do Conselho Nacional de Justiça	Faculdade Meridional	Mestrado	Tusset, Igor Rocha
2009	Gestão ambiental na Administração Pública: sua institucionalização no Tribunal Regional da 5ª Região	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado	Esteves, Deise Ferreira
2014	O Conselho Nacional de Justiça, o Processo Judicial Eletrônico, as tecnologias de informação e as novas perspectivas para administração da justiça brasileira	Universidade Federal da Bahia	Mestrado	Godinho, Pedro Rogério Castro
2014	Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina: uma análise da gestão das metas do CNJ a partir das dimensões da accountability de Koppell	Universidade do Estado de Santa Catarina	Mestrado	Bernieri, Juliana
2014	A efetividade do centro judiciário de solução de conflitos (CEJUSC) como acesso à justiça	Universidade de Marília	Mestrado	Evedove, Glória Regina Dall
2014	Ciberdemocracia no Judiciário: uso de mapas como política de virtualização	Universidade Federal de Santa Catarina	Doutorado	Freire, Geovana Maria Cartaxo de Arruda
2014	Crise social e Poder Judiciário: uma análise sociológica dos quantitativos do CNJ sobre o judiciário brasileiro	Universidade Cândido Mendes	Mestrado	Silva, Marcos Carnevale Ignácio da
2015	Uma análise pragmática do programa pai presente do CNJ: convergência entre as teorias de Pierce e James sobre a lógica pragmática e a concepção de consequências práticas	Universidade Federal da Paraíba	Mestrado	Guimarães, Luize Emile Cardoso
2015	O meio ambiente de trabalho saudável dos magistrados como direito fundamental: implicações da política de metas do Conselho Nacional de Justiça	Faculdade de Direito de Vitória	Mestrado	Silva, Elisete Regina Meneghetti
2015	O ordenamento territorial da justiça trabalhista na região centro-oeste: processo histórico e dinamismo territorial em contraste ao incremento difuso do ramo de justiça trabalhista	Universidade de Brasília	Mestrado	Amiden Neto, Ganem
2015	Ensino jurídico e meios auto compositivos de resolução de conflitos	Universidade Federal Fluminense	Doutorado	Santos, Cibele Carneiro da Cunha Macedo
2015	Mediação: a solução de conflitos trabalhistas individuais na comissão de conciliação prévia à luz da ação comunicativa	Universidade Federal do Tocantins	Mestrado	Vieira, Murilo Braz
2015	Festa ou solenidade: limites e possibilidades de uma política pública de acesso à justiça	Universidade Católica de Pelotas	Mestrado	Freitas, Carmen Lúcia Kaltbach Lemos de
2015	Reflexos da metabolização dos conflitos a partir da implementação da mediação enquanto política pública no Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, no tocante aos servidores mediadores	Universidade de Santa Cruz do Sul	Mestrado	Estivalet, Josiane Caleffi
2016	<b>Adoção de soluções em Online Dispute Resolution como política pública para o Poder Judiciário: um panorama da situação brasileira</b>	<b>Universidade de Fortaleza</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Lima, Gabriela Vasconcelos</b>
2016	Conselho Nacional de Justiça e os meios alternativos de resolução de conflitos: avaliação da eficiência dos centros judiciários de solução de conflitos na comarca de São Luís/MA	Universidade Federal do Maranhão	Mestrado	Barbosa, Wermeson Pinheiro
2016	Considerações sobre a resolução CNJ n° 125/2010: uma avaliação política da política judiciária brasileira: a solução dos conflitos de interesses	Universidade Federal do Maranhão	Mestrado	Aquino, Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa
2016	O papel do terceiro mediador na política pública brasileira de tratamento de conflitos: resolução n° 125 de 29 de novembro de 2010 do Conselho Nacional de Justiça brasileiro: a luz da experiência do modelo do tribunal de múltiplas portas do distrito de Columbia, Estados Unidos da América	Universidade de Santa Cruz do Sul	Doutorado	Gimenez, Charlise Paula Colet
2016	O ensino jurídico e o tratamento adequado dos conflitos: impacto da resolução n° 125 do CNJ sobre os cursos de Direito	Universidade de São Paulo	Mestrado	Zamboni, Alex Alckmin de Abreu Montenegro
2016	Análise econômica da eficiência do Poder Judiciário no combate da corrupção: aplicações de métodos de fronteira para os estados brasileiros 2003-2014	Universidade Estadual de Maringá	Doutorado	Botelho, Martinho Martins
2016	Conciliação judicial: uma abordagem crítica	Universidade Católica de Pernambuco	Mestrado	Morais, Luís Carlos de

2016	Gestão Ambiental no Poder Judiciário do estado do Tocantins: análise do Tribunal de Justiça, com foco na educação ambiental: propostas de educação ambiental	Universidade Federal do Tocantins	Mestrado	Souza, Leila Maria de
2016	Judicialização de políticas sociais como estratégia do Poder Judiciário: o Fórum da Saúde e o Cadastro Nacional de Adoção	Universidade Federal de Pernambuco	Doutorado	Santiago, Arthemisia Ferreira Paulo
2016	O instituto da mediação e a reforma processual: uma análise de casos da atuação do mediador no CEJUSC/RJ	Universidade Católica de Petrópolis	Mestrado	Altoé, Bruna Fraga Gonçalves
2008	Processo e conciliação no estado democrático de direito	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Mestrado	Rodrigues, Ângela de Lourdes
2010	A execução fiscal administrativa no Brasil, possível viabilidade constitucional	Universidade Católica de Pernambuco	Mestrado	Silva, Carmina Alves
2011	O sistema judiciário brasileiro: evidências empíricas dos incentivos ao litígio	Fundação Getúlio Vargas de São Paulo	Mestrado	Miranda, Rachel de Castro
2014	Eu, os outros e o Judiciário: inteligibilidades das formas de resolução de conflitos e relações sociais contemporâneas em acesso à justiça no Brasil	Universidade Estadual de Montes Claros	Mestrado	Santos, Claudemy Correia dos
2014	A ação coletiva como instrumento de tutela e concretização do direito a saúde	Universidade de Ribeirão Preto	Mestrado	Barberato, Celso
2014	A conciliação à luz do princípio constitucional da fraternidade: a experiência da Justiça Federal da Primeira Região	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Mestrado	Fonseca, Reynaldo Soares da
2014	A utilização das parcerias público privadas na consecução de serviços carcerários: um estudo do complexo penitenciário PPP na cidade de Ribeirão das Neves MG	Universidade Federal de Alfenas	Mestrado	Santos, Jeferson Alves dos
2014	A compreensão de diferentes atores sociais acerca das medidas socioeducativas	Universidade de Brasília	Doutorado	Araújo, Josilene Santos de
2014	Estudos sobre o desempenho da primeira instância da Justiça Estadual no Brasil	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado	Gomes, Ademir de Oliveira
2014	Impacto econômico da judicialização da política de assistência farmacêutica no Brasil: o estado da arte	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado	Lin She Pin
2014	Judicialização do direito a saúde no estado do Ceará, Brasil: cenários e desafios	Universidade Federal do Ceará	Mestrado	Nunes, Carlos Francisco Oliveira
2015	Óbices processuais a efetividade da tutela coletiva dos direitos previdenciários	Universidade Metodista de Piracicaba	Mestrado	Rocha, Rafaela da Fonseca Lima
2015	Formação de mediadores: um estudo no judiciário do Ceará	Universidade de Fortaleza	Mestrado	Bordoni, Jovina Dávila
2015	Medidas socioeducativas: doutrina da proteção integral x modos de trabalho das unidades educacionais de internação	Universidade Católica Dom Bosco	Mestrado	Silva, Valdeir
2015	A possibilidade da concretização da função social do estado contemporâneo com a utilização de meios alternativos de resolução de conflitos na jurisdição brasileira	Universidade do Vale do Itajaí	Doutorado	Silva, Carlos Roberto da
2015	Para além da jurisdição dos conceitos sem coisas: o problema da abstratização da prestação jurisdicional a partir da análise acerca da litigiosidade no Brasil	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Doutorado	Santos, Karinne Emanuela Goettens dos
2016	O poder judiciário na efetivação de direitos sociais: implicações a separação de poderes	Universidade de São Paulo	Mestrado	Caliman, Pedro Augusto
2016	A importância das equipes multidisciplinares para o juízo da infância e juventude no estado do Tocantins	Universidade Federal do Tocantins	Mestrado	Vêncio Filho, Esmar Custódio
2016	Judiciário, política e desenvolvimento: uma análise dos litígios e das estruturas do Poder Judiciário brasileiro	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Mestrado	Rosalen, Volnei
2016	O Judiciário Federal no combate a corrupção: uma análise da efetividade no julgamento das ações anticorrupção no período de 2010 a 2014	Universidade Federal do Pará	Mestrado	Pamplona, Erika Souza
2016	Adolescentes institucionalizados(as) em situação de exclusão na cidade de Salvador: uma investigação social e étnica sob o prisma dos Direitos Humanos	Universidade Católica de Salvador	Mestrado	Santana, Gilton Carlos da Silva
2016	Desjudicialização da execução fiscal e eficiência na gestão econômico tributária: novos paradigmas para o Poder Judiciário	Universidade Nove de Julho	Mestrado	Rakauskas, Sérgio Ricardo Caires

**Tema: Institucional**

Ano	Título	Universidade	Nível	Autor
2006	O Conselho Nacional de Justiça: a função jurisdicional e seu déficit de legitimidade na Constituição Brasileira	Universidade Federal da Bahia	Mestrado	Góes, Mauricio Dantas Góes e
2006	O direito fundamental à jurisdição: Conselho Nacional de Justiça: órgão controlador do poder jurídico e a busca por uma jurisdição mais eficiente	Centro Universidade FIEO	Mestrado	Thurler Júnior, Hélio
2007	Controle do Judiciário: da expectativa a concretização: o primeiro biênio do Conselho Nacional de Justiça	Universidade de Fortaleza	Mestrado	Uchôa, Marcelo Ribeiro
2008	O Conselho Nacional de Justiça: um estudo da função normativa	Universidade do Vale do Itajaí	Mestrado	Machado, Natália Gaspar
2009	O poder regulamentar do Conselho Nacional de Justiça	Faculdades Integradas do Brasil	Mestrado	Schwartz, Hamilton Rafael Marins

2010	Independência e integridade: o Conselho Nacional de Justiça e a nova condição da política judicial no Brasil	Universidade de Brasília	Doutorado	Guerra, Gustavo Rabay
2010	O Conselho Nacional de Justiça e o controle democrático do Poder Judiciário: uma realidade possível?	Universidade de Fortaleza	Mestrado	Deocleciano, Pedro Rafael Malveira
2010	O Conselho Nacional de Justiça e a cultura política brasileira: entre o controle do estado e o poder nas relações sociais	Universidade Federal de Sergipe	Mestrado	Oliveira, Vitor Costa
2011	A jurisdição constitucional e o Conselho Nacional de Justiça: a possibilidade do exercício do controle de constitucionalidade pelo CNJ	Universidade Católica de Pernambuco	Mestrado	Fluhr, Fernanda Adriano
2011	Uma análise do discurso publicitário do Conselho Nacional de Justiça	Universidade do Grande Rio	Mestrado	Lodi, Marluce Dantas de Freitas
2012	Poder normativo do Conselho Nacional de Justiça	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Doutorado	Lima, Robson Barbosa
2013	Quem controla o Judiciário: uma análise sobre o perfil dos membros do Conselho Nacional de Justiça: 2005-2011	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado	Costa Filho, José Vinicius da
2013	<b>A caixa-preta vs. o controle demagógico: os discursos dos favoráveis e dos contrários à criação do CNJ</b>	<b>Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Castro, Tatiana de Souza</b>
2014	Conselho Nacional de Justiça e sociedade: gestão participativa e controle judiciário	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Mestrado	Silva, Camila Pellegrino Ribeiro da
2014	<b>O Conselho Nacional de Justiça a partir do modo de regulação brasileiro nos pós fordismo</b>	<b>Universidade Presbiteriana Mackenzie</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Garducci, Letícia Galan</b>
2014	Os limites do poder regulamentar do Conselho Nacional de Justiça no contexto do Estado constitucional brasileiro	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Mestrado	Silva, Deborah Leite da
2014	<b>CNJ e judicialização: o reconhecimento do poder de atuação do CNJ pelo STF e suas consequências na judicialização</b>	<b>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Lima, Priscilla da Costa</b>
2014	O CNJ e a reconfiguração do campo judiciário	Universidade Cândido Mendes	Mestrado	Werner, José Guilherme Vasi
2014	A reforma de gestão no Poder Judiciário do Rio de Janeiro: como os magistrados interpretam o papel exercido pelo CNJ	Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro	Mestrado	Souza, Karim Merz Fernandes de
2015	<b>Atuação do Conselho Nacional de Justiça e independência jurisdicional: interfaces e interferências</b>	<b>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Moreira, Diogo Rais Rodrigues</b>
2015	<b>Dimensões operacionais nas relações extrajudiciais e interinstitucionais do Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Lazari, Rafael José Nadim de</b>
2015	Os limites constitucionais de atuação do Conselho Nacional de Justiça	Universidade de São Paulo	Mestrado	Bossler, Fábio Luís
2015	Controle democrático do Poder Judiciário: o processo político e o papel dos atores na criação do Conselho Nacional de Justiça	Universidade Federal do ABC	Mestrado	Silva, Patrícia Schoeps
2016	A administração da Justiça no Brasil e suas tendências paradoxais: influências dos matizes hegemônico e contra hegemônico no Poder Judiciário	Universidade Federal de Minas Gerais	Mestrado	Vieira, Luana Roussin Brasil
2016	Democracia e transparência pública: um estudo multicase sobre a efetividade das páginas de transparência de três órgãos públicos	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Mestrado	Gonçalves, Amadeu Rodrigues

#### Tema: Disciplinar

Ano	Título	Universidade	Nível	Autor
2008	O Conselho Nacional de Justiça como instrumento de accountability horizontal	Universidade de Brasília	Mestrado	Rodrigues, Leandro do Nascimento
2009	Conselho Nacional de Justiça: limitações à atuação do órgão de controle do Poder Judiciário no Brasil	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado	Malta, Carolina Souza
2009	A atuação do Conselho Nacional de Justiça na aproximação entre Poder Judiciário e sociedade	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Mestrado	Alves, Carolina Fátima de Souza
2009	A atribuição regulamentar do Conselho Nacional de Justiça: um estudo sobre a concretização normativa (in)direta da constituição da república brasileira em nível regulamentar	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Mestrado	Soares, Christiane Vieira
2011	O estado de papel construído num cenário de sangue e violência: Algumas tentativas de combate a grilagem e pacificação social no campo no estado do Pará	Universidade Federal do Pará	Mestrado	Santos, Gracilda Leão dos
2014	O controle disciplinar da magistratura e o perfil ético do magistrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Doutorado	Martins Filho, Ives Gandra da Silva
2015	Como são julgados os juizes: uma análise do controle disciplinar do Conselho Nacional de Justiça: 2005-2013	Fundação Getúlio Vargas São Paulo	Mestrado	Franco, Ivan Cândido da Silva de
2015	A governança judicial do Conselho Nacional de Justiça nos Tribunais de Justiça Estaduais da Região Norte de 2009 a 2012	Universidade Federal do Pará	Mestrado	Lima, João Fernando Pereira
2015	A regulação dos serviços notariais e registrais: o caso europeu e a análise de formas de regulação	Universidade do Vale do Itajaí	Mestrado	Matoso, Everson Luís
2016	A conduta judicial ética teórica e aplicada contida em princípios e regras deontológicos abrangidos pelo sistema constitucional	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Mestrado	Araújo, Everton Amaral de
2008	A dignidade da pessoa humana e os princípios constitucionais do processo do contraditório e celeridade processual	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Mestrado	Duarte, Taciana Nogueira de Carvalho

## Referências

- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 7, de 18 de outubro de 2005**. Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs\\_cnj/resolucao/rescnj\\_07.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_07.pdf)>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 46, de 18 de dezembro de 2007**. Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_46\\_18122007\\_29042014165333.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/resolucao/resolucao_46_18122007_29042014165333.pdf)>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 70, de 18 de março de 2009**. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2806>>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 76, de 12 de maio de 2009**. Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_76\\_12052009\\_10102012220048.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/resolucao/resolucao_76_12052009_10102012220048.pdf)>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 125, de 29 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br//images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_125\\_29112010\\_16092014165812.pdf](http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/resolucao/resolucao_125_29112010_16092014165812.pdf)>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 175, de 14 de maio de 2013**. Cria as Tabelas Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>>.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais ns. 1/1992 a 86/2015, pelo Decreto Legislativo ns 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão ns. 1 a 6/1994. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 112 p.
- Fabiana Luci de Oliveira**  
Doutora em Ciências Sociais pela UFSCar (2006), com período sanduíche pela Northwestern University (2004-2005). Fez pós-doutorado em Ciência Política, pela USP (2009-2010), e especialização em Metodologia de Pesquisa, pela University of Michigan (2008). Diretora de Projetos do Departamento de Pesquisas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça
- Pâmela Tieme Barbosa Aoyama**  
Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília(2011). Tem experiência na área de Ciência da Informação. Bibliotecária do Conselho Nacional de Justiça
- BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004**. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm)>
- BRASIL. Corregedoria Nacional de Justiça. **Provimento CNJ n. 12, de 6 de agosto de 2010**. Disponível em: < <http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1294906/pai+presente+provimento+CNJ-12-2010.pdf>>
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI n. 3.367-1/DF**. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Relator: Min. Cezar Peluso. Brasília, 13 de abril de 2005. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363371>>.
- RENAULT, S. R. T.; BOTTINNI, P. **Reforma do Judiciário**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SADEK, M. T. **CNJ: o futuro na agenda**. In: Gilmar Ferreira Mendes; Fabiano Martins Silveira; Marco Aurélio Marraffon. (Org.). Conselho Nacional de Justiça - fundamentos, processo e gestão. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 109-124.
- SADEK, M. T. **CNJ: impactos no Judiciário e na sociedade**. In: Stoco, Rui; Penalva, Janaína. (Org.). Dez Anos de Reforma do Judiciário e o nascimento do Conselho Nacional de Justiça. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 293-312.